



Empresa de extracção de ouro Horizonte Minerais acusada de não cumprir com os acordos firmados com as comunidades de Manica

- Nos últimos anos, a indústria de mineração tem enfrentado críticas devido a inúmeros relatos de abusos de direitos humanos cometidos por empresas que operam em várias regiões. Esses abusos vão desde a expropriação de terras, degradação ambiental até falhas nos compromissos contratuais. O caso da Mineradora Horizonte Minerais é mais um exemplo dessas questões recorrentes no sector de mineração.





É crucial que o Governo demonstre seu compromisso com o bem-estar e os direitos dos seus cidadãos, tomando medidas decisivas para enfrentar os supostos abusos dos direitos humanos e a degradação ambiental associados às actividades de mineração, promovendo assim uma abordagem sustentável e inclusiva para a extracção de recursos em Moçambique.



A mineradora Horizonte Minerais, empresa mineira detida por investidores chineses que explora ouro na Província de Manica, é acusada de violação de contratos que celebrou com a população local de Tchimedza¹. A empresa teria obtido concessões para exploração de ouro explorando as terras que eram tradicionalmente usadas pelos moradores locais para agricultura e pastagem.

Segundo as vítimas, os contratos envolviam a compensação pelo uso de suas terras durante o processo de extracção do ouro. No entanto, depois de concordar com esses termos, a população local afirma ter sido surpreendida com o posterior abandono da área pela empresa. Além disso, a empresa não fez a restauração dos solos, como foi prometido, e os seguranças chineses impedem que os moradores locais tenham acesso às suas terras. Isso resultou na interrupção de suas actividades agrícolas, agravando o risco de insegurança alimentar.

Além de disputas contratuais e usurpação de terras, a Horizonte Minerais também é acusada de poluição ambiental. A empresa é acusada de ser a principal poluidora dos rios locais devido às suas práticas de refinação de ouro. Os moradores locais afirmam que durante o dia a empresa usa bacias de retenção de água para processar o ouro. No entanto, durante a noite essas bacias são supostamente abertas, libertando água contaminada com resíduos e mercúrio nos rios locais.

Um dos rios afectados é o Revué que desempenha um papel vital no abastecimento de água à barragem de Chicamba, que fornece água à empresa Água da Região Centro do País (ADRC). A poluição causada pela Horizonte Minerais tem comprometido a qualidade da água do rio, colocando em risco o meio ambiente e a saúde das comunidades locais dela dependentes.

Uma investigação conduzida pelo “Integrity”, um jornal online moçambicano, revelou que a Horizonte Minerais tinha celebrado contratos precários com residentes locais². Bento Guirande, um dos afectados, afirmou que os investidores chineses teriam o abordado para explorar ouro em suas terras, prometendo compensação e

restauração do solo assim que a extracção fosse concluída. No entanto, Guirande alega que a empresa não cumpriu essas promessas, deixando as suas terras abandonadas e inacessíveis. Além disso, foi-lhe negada a possibilidade de continuar com as suas actividades agrícolas.

A Constituição de Moçambique reconhece os direitos dos cidadãos a um ambiente saudável, acesso aos recursos naturais e participação nos processos de tomada de decisão que afectam as suas vidas. Além disso, Moçambique é signatário de tratados internacionais de direitos humanos que enfatizam a protecção dos direitos das comunidades, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Da mesma forma, os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas afirmam que o Estado tem um papel crucial na protecção de sua população contra abusos de direitos humanos cometidos por empresas que exploram recursos naturais³. O Governo tem um papel crucial e um dever legal de salvaguardar o bem-estar e os direitos dos seus cidadãos, em particular daqueles que vivem em comunidades afectadas pelas actividades mineiras. O Ministério de Recursos Minerais e Energia, em colaboração com outras agências governamentais relevantes, é responsável por supervisionar o sector de mineração e garantir o cumprimento das leis e regulamentos nacionais.

Nos casos em que as empresas são acusadas de abusos dos direitos humanos, como as denúncias contra a Mineradora Horizonte Minerais, o Governo tem a obrigação de investigar as denúncias, tomar as medidas legais cabíveis e fazer cumprir os regulamentos de mineração. Isso inclui responsabilizar empresas por violação de contratos, usurpação de terras e poluição ambiental. Além disso, o Governo deve envolver-se activamente com as comunidades afectadas, promovendo um diálogo franco e consultas para abordar as suas preocupações e trabalhar para encontrar soluções equitativas que respeitem os direitos de todas as partes envolvidas.

Ao defender o Estado de Direito, fazer cumprir os regulamentos e priorizar a protecção das co-

¹ <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/13917>

² <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/13917>

³ https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/conectas_principiosorientadoresuggie_mar20121.pdf

munidades, o Governo pode desempenhar um papel fundamental na mitigação dos impactos negativos da mineração e garantir que a indústria opere de maneira social e ambientalmente responsável. É crucial que o Governo demonstre seu compromisso com o bem-estar e os direitos

dos seus cidadãos, tomando medidas decisivas para enfrentar os supostos abusos dos direitos humanos e a degradação ambiental associados às actividades de mineração, promovendo assim uma abordagem sustentável e inclusiva para a extracção de recursos em Moçambique.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Hélio Siteo
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

